

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.207 - RS (2019/0376448-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ADELMAR LUIZ CARAMORI
AGRAVANTE : ADELMAR LUIZ CARAMORI
ADVOGADOS : JULIANO BRITO - RS055628
LILIANE POMPERMAIER - RS054587
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ADELMAR LUIZ CARAMORI e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

**TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL EMBARGOS À
EXECUÇÃO FISCAL IMPENHORABILIDADE VEÍCULO**

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 835, inciso V, do CPC, no que concerne à impenhorabilidade dos veículos constritos, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Os veículos CHAGAN CHANA IRK3543; FORD/KA FLEX PLACAS IUW4975; CHEVROLET/MONTANA, placas IUM7420 e HUNDAY AZERA placas IRK6612, estão contabilizados no ativo fixo do empreendimento, conforme verifica-se do depoimento dado pela testemunha César, constante Vídeo 1 do evento 56.

Estão, ademais, estritamente vinculados à prestação de serviços, conforme depoimento da testemunha Valmir (vídeo 2 do evento 56).

Portanto, se constituem em instrumento de trabalho do executado, estando vinculados ao seu fundo de comércio, sendo a penhora medida excepcional que não se justifica no caso em concreto.

Ditos bens são impenhoráveis, na forma do art. 833 do CPC/2015 (...) - fl. 31.

[...]

Tratando-se, pois, de bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado, que dizem respeito à manutenção da vida e dignidade do executado, evidente se mostra sua natureza alimentar, razão pela qual não se mostra passível de penhora (fl. 33).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Superior Tribunal de Justiça

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a impenhorabilidade dos bens móveis não é presumida; incumbe ao próprio executado, com efeito, a demonstração de que o bem móvel objeto de constrição judicial é necessário ou útil para o exercício de sua profissão. É imprescindível, ademais, que o bem seja necessário ao exercício do labor ou que lhe empreste tal utilidade que a sua ausência comprometa significativamente a atividade profissional (fl. 12).

[...]

Com efeito, das atividades descritas nos autos, não se verifica que os veículos sejam absolutamente essenciais ao desenvolvimento da atividade da embargante, de modo que a manutenção da constrição não compromete a integridade de suas atividades (fl. 14).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente